



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 12/2016

----- Aos vinte dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Não foram apresentadas atas para aprovação. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Um milhão, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta euros, e noventa e nove cêntimos.-----

----- Operações não Orçamentais: Cento e noventa e três mil, seiscentos e quinze euros e quarenta e sete cêntimos.-----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção dos Membros do Executivo.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por dar os parabéns á Senhora Presidente, desejando-lhe as maiores felicidades, esperando que a amizade perdure, que é o que de mais belo existe entre dois seres humanos, desejando-lhe uma longa vida repleta de saúde e que possa

fazer da mesma um projeto de sucesso.-----

----- Seguidamente recordou a necessidade de colocação de um sinal de estrada sem saída, na rua que fazia a ligação direta á estrada do Gato Preto, ao lado do espaço ocupado pelo Veterinário Municipal.-----

----- Referiu também a necessidade de requalificação do passeio que vai do Quartel dos Bombeiros até ao Café, questionando se é competência da Câmara.-----

----- Informou ainda que o PCP enviou para todas as Câmaras o Projeto de Resolução sobre a reposição das Freguesias e opinou que seria de ponderar a tomada de posição deste Executivo sobre todo este processo, se estão ou não interessados que isso aconteça, de acordo com a vontade expressa dos autarcas, pois caso estes não queiram, o projeto prevê não acionar esse mecanismo.-----

----- Por último reportou-se às questões da Saúde no País e opinou que, apesar de algumas melhorias pontuais, torna-se a cada dia mais evidente que os recursos humanos colocados não são suficientes, tornando-se imperioso exigir aquilo a que os cidadãos têm direito, nomeadamente a colocação de mais médicos e enfermeiros, questionando qual o ponto da situação a nível concelhio, e se está previsto, para breve, alguma alteração.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por felicitar a Senhora Presidente por mais um aniversário, desejando-lhe as maiores felicidades para a sua vida pessoal e autárquica, pois se estiver bem, seguramente que o município estará bem.-----

----- Em seguida reportou-se ao projeto de Requalificação da Zona Ribeirinha e a propósito da apresentação pública do mesmo, referiu que foram levantadas algumas questões técnicas e opinou ser extremamente importante a possível prospeção e expansão da Villa Romana, esperando que os equipamentos e as edificações que vão ser instaladas possam salvaguardar e acautelar alguma possibilidade de trabalho arqueológico de expansão do existente e que todas as construções que estão a perspetivar possam acautelar essa possível expansão. Questionou se a atual estrutura permite proteger das chuvas e dos ventos e evitar assim a erosão dos mosaicos, tudo situações que na sua opinião deviam ser devidamente ponderadas.-----

----- Terminou a intervenção manifestando a sua satisfação pelo avanço deste projeto de requalificação e pelos investimentos que estão a ser perspetivados esperando que não tarde a 2ª fase, que vai até à “Avenida 13 de Julho”.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

Começou por dar os parabéns à Senhora Presidente pelo seu aniversário, desejando-

lhe as maiores felicidades.-----
----- Reportou-se seguidamente à necessidade de chegar a todos os munícipes informação detalhada sobre todo o processo das águas, tanto mais que vai realizar-se uma Assembleia Municipal no próximo sábado, e essa informação detalhada devia ser enviada aos autarcas antes da sua realização, pois seria muito importante saber o ponto da situação no que concerne à luta pelo desperdício, os investimentos que estão a ser feitos e a estratégia que está a ser seguida.-----
----- Sobre a questão das Freguesias referiu tratar-se de um compromisso do PS de repensar o processo e opinou que, contrariamente ao que foi afirmado, a opinião das pessoas é muito importante e disse que não se deve adiar, mas que se faça quando for oportuno, com segurança e serenidade, mas que se avance.-----
----- Finalizou a intervenção referindo-se a uma preocupação de âmbito nacional, nomeadamente a questão da gestão financeira que o País tem feito, afirmando que, no que respeita às Câmaras tem havido um enorme massacre de controlo das dívidas, travamento do endividamento e de intromissão na autonomia do Poder Local, dando a impressão que se concentrou todo o esforço a controlar “tostões” e entretanto fez-se “vista grossa” e perderam-se milhões, custando-lhe a admitir o que se está a passar no sistema financeiro, nomeadamente no bancário, com situações que passam na impunidade, não havendo ninguém responsável, quando se exige tantos sacrifícios às populações e aos Autarcas. Opinou que, para os autarcas que falam com as pessoas, sabendo o que estas estão a passar, não se encontra moral para se incentivar e dar esperança, quando se verifica este desperdício, o “deixa andar” e esta irresponsabilidade. Terminou referindo tratar-se apenas de um desabafo, mas que não podia deixar de expressar nesta reunião.-----
----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----
----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Começou por felicitar a Senhora Presidente por mais um aniversário, mais uma etapa, desejando-lhe muitas felicidades.-----
----- Continuando convidou os Senhores Vereadores para a inauguração da Piscina Exterior e requalificação de todo o espaço que muito vai dignificar Rio Maior e os riomaiorenses. Informou ainda que a Piscina vai estar aberta diariamente, a partir do dia um de julho. Disse ainda que a inauguração, conforme convite já enviado, realiza-se às onze horas e trinta minutos, fazendo-se o habitual convívio de encerramento da Escola Municipal de Natação com o festival que tem início às nove horas da manhã.---
----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----
----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----
----- Iniciou a intervenção começando por dizer que a data da presente reunião fora

muito bem pensada, porque "acaba a primavera e começa o verão" e a Senhora Presidente contou mais uma primavera, desejando-lhe as maiores felicidades pessoais e familiares e como disse o Vereador Daniel Pinto, se a Senhora Presidente estiver bem, o concelho vai bem. -----

----- Relativamente às intervenções feitas começou por informar que está a ser preparado um pacote de pequenas obras a realizar por todo o concelho e as questões apontadas não estão esquecidas, mas no entanto, também não podia ser esquecidas, no entanto não pode ser esquecido que os anos de dois mil e catorze e dois mil e quinze não foram anos fáceis em termos financeiros.-----

----- Sobre todo o processo relativo às Águas informou que no próximo dia trinta de junho termina o prazo para apresentação de candidaturas ao "Ciclo Urbano da Água" e, independentemente das candidaturas, algumas coisas já aconteceram, nomeadamente já se encontra em fase de concurso todo o processo de telegestão relativa á parte norte do concelho, desde a Fonte da Bica até aos Casais Monizes, no montante de cerca de setenta e cinco mil euros. -----

----- Referiu as perdas de água nos depósitos do Centro de Saúde, do CRE e na zona de influência do depósito do Via-Vai que corresponde a cerca de oitenta por cento do consumo de água no concelho e informou que irá ser disponibilizado na plataforma um Ajuste Direto, para a resolução do problema do depósito de Centro de Saúde e zona envolvente, referindo que provavelmente até final de Agosto esta questão ficará resolvida, recordando que empresas altamente especializadas a nível nacional, estudam esta questão há cerca de um ano.-----

----- Informou ainda que já existe uma autorização das antigas Águas do Oeste para fazer um ponto de entrega no CRE, deixando de haver interligação com o depósito do Centro de Saúde e com os equipamentos já colocados no âmbito do Ciclo Urbano da Água e os que irão ser colocados o problema das perdas também irá desaparecer no depósito do CRE.-----

----- Também irá ser feita uma candidatura para o resto do processo do Via-Vai, no valor de cerca de quinhentos mil euros, investimento que irá tentar regularizar todo o problema das pressões de água, na cidade e zona envolvente. Disse ainda que o Município de Rio Maior já adquiriu equipamentos no montante de cerca de vinte e cinco mil euros para se conseguir detetar fugas e informou que três técnicos da autarquia fizeram formação na EPAL, para ficarem habilitados a trabalhar com os equipamentos adquiridos, os quais são similares ao que aquela empresa utiliza em Lisboa e não só.-----

----- Informou ainda que está em fase de conclusão a interligação entre o antigo depósito da Vila da Marmeleira e o novo, faltando apenas a EDP proceder à ligação

elétrica, assim como nas estações elevatórias colocadas em diversos pontos do concelho.-----

----- Relativamente ao saneamento referiu que a Câmara Municipal também irá apresentar candidaturas para a Zona Industrial no valor de cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros, investimento necessário para colocar esgoto separativo, doméstico e pluvial. Também serão apresentadas candidaturas para a feitura de estações elevatórias para os Bairros Sociais de Azinheira, Ribeira de S.João e para colocar esgoto separativo na parte antiga da cidade. Informou ainda que vai ser aberto concurso para a construção de uma conduta adutora na Rua D. Afonso Henriques.-----

----- Sobre a Zona Ribeirinha referiu que o projeto apresentado prevê que todos os tratamentos que vão ser feitos nas margens e no fundo, com blocos de pedra irão evitar a erosão e outras situações que ali possam ocorrer, pois também tem um açude previsto para o local.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se à Villa Romana e informou que o Edifício ficará com cobertura e proteção lateral, para proteger dos ventos e da chuva. Referiu ainda que a colocação das “sapatas” que irão suportar a estrutura, de acordo com os levantamentos já existentes, e os que têm sido feitos pela Universidade de Évora, serão em locais que não interferem com a existente, salvaguardando tudo o que existe. No que respeita à fase de expansão ainda não se encontrou nada de relevante no sentido Villa Romana / Moagem, salientando que toda a Villa Romana vai ficar protegida das intempéries, independentemente do tempo que demorar a recuperação da zona dos mosaicos.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Agradeceu todas as palavras que lhe foram dirigidas por ter concluído mais uma década da sua vida, considerando que a data do aniversário é sempre uma data muito especial, referindo que “conta hoje, como contará no futuro, assim como contou no passado, com a amizade, com o companheirismo e camaradagem de todos. -----

----- Seguidamente referiu que o dia de ontem fora um dia grande para o desporto em Rio Maior, desde o judo, ao futebol com o “Torneio Henrique Felix”, Troféu Yamaha, e um conjunto de outras atividades, agradecendo a todos aqueles que as promoveram, nelas participaram e as divulgaram, levando longe o nome do concelho de Rio Maior.--

----- Reportou-se seguidamente à intervenção feita pelo Vereador Augusto Figueiredo sobre o Projeto de Lei para reposição das Freguesias e tanto quanto sabia, fora assumido que seria uma matéria para analisar na próxima legislatura autárquica, referindo que iriam aguardar pela publicação em Diário da República. Disse ainda que, se considerara que na época fora uma reforma administrativa e política que pecara pela aceleração que incutiram ao projeto sem envolverem as populações, esperava

que não se caísse no mesmo erro e que a mesma possa ser feita com algum tempo, envolvendo as comunidades e os políticos e opinou que os próprios Autarcas de Freguesia têm um papel fundamental na auscultação da população.-----

----- Relativamente à intervenção do Vereador Carlos Nazaré sobre a informação que se possa dar de todo o processo que tem vindo a ser desenvolvido relativamente às Águas, referiu os prazos existentes para apresentação das candidaturas, havendo todo um conjunto de processos que estão a ser ultimados, no entanto, aquela informação que o Engº Ricardo Rosário já fizera e da qual fora dado conhecimento à Câmara, poderá ser atualizada e na Assembleia Municipal haverá a oportunidade de ser feito o ponto da situação.-----

----- Quanto ao Estado das Finanças no País considerou grave a irresponsabilidade de não se estarem a apurar responsáveis, sendo muito difícil para o Poder Local e Central pedir sacrifícios à população, sem que se consiga explicar e apurar os responsáveis de toda a situação financeira que aconteceu e está a acontecer no País.-

----- Terminou a intervenção referindo-se às questões da Saúde e informou que tem conhecimento que vão surgir novidades no que respeita à colocação de enfermeiros e quanto à colocação de médicos ainda não tinha informação atualizada para transmitir.-

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- **DESPACHO Nº 33/2016, DE 15 DE JUNHO – AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA VIA PÚBLICA “13º TROFÉU YAMAHA 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho n.º 33/2016, de 15 de junho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, no qual foi autorizada a utilização da via pública, da Rua das Caves Dom Teodósio e Rua Cidade de Cantanhede, nos dias 18 e 19 de junho das 09:00 h e fim pelas 20:00 h, condicionado aos pareceres acima referidos, para a realização da atividade denominada “13º Troféu Yamaha 2016”, bem como a isenção do pagamento das taxas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que continuam a não receber as minutas das deliberações com a proposta de decisão, pois só recebem a documentação e faz parte dos conteúdos obrigatórios que essa informação seja disponibilizada, o que seria muito importante.----

----- Disse também que felizes dos concelhos que têm capacidade das coletividades, clubes e associações para conseguirem fazer no dia-a-dia, aquilo que eles fazem, daí a importância de considerar as referidas coletividades como um setor, muitas vezes

tão importante como o setor empresarial e social, pois se não fossem estes “Homens e Mulheres” voluntários benévolos, dificilmente haveria esta capacidade de concretização.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **DESPACHO Nº 34/2016, DE 17 DE JUNHO – ÁGUAS DE PORTUGAL – REAVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE AGREGAÇÃO DOS SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS – NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o despacho n.º 34/2016, exarado pela Presidente da Câmara, no dia 17 de junho do corrente ano, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º ao anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se designou o Chefe de Unidade de Obras Públicas, Equipamentos Apoio às Freguesias e Património Cultural, Ricardo Nuno Bento do Rosário, como representante do Município de Rio Maior, no âmbito dos trabalhos técnicos do processo de "Reavaliação dos Processos de Agregação dos Sistemas Multimunicipais.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que ficava muito satisfeito, enquanto Autarca por a Câmara ter sido solicitada para indicar um elemento para os trabalhos técnicos do processo de reavaliação da Agregação dos Sistemas Multimunicipais, o que deverá ter em conta uma alteração significativa no quadro político nacional relativamente ao que eram as intenções nacionais quanto à gestão/privatização da gestão da água. Referiu tratar-se de uma medida muito importante, esperando que concretize a preservação de um bem público e que não seja visto como uma fonte de negócio e de rendimento de particulares.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO II – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2015/16 – LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS A 1ª ATRIBUIÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a lista definitiva de candidatos às Bolsas de Estudo para Alunos do Ensino Superior, ano letivo 2015/2016 – 1ª atribuição, com base no exposto na informação 22/SAS/UFAS/2016. --

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita**

pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei favoravelmente esta proposta lamentando no entanto que, só seja possível fazer esta atribuição, praticamente no final do ano letivo 2015/2016. Obviamente que acho que devíamos tentar que este esforço financeiro que o município faz, consiga chegar aos interessados, mais cedo.”-----

----- **PONTO III – CONTAS CONSOLIDADAS DO ANO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2015, e, nos termos, da alínea i) do nº 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2015 de 03 de Setembro (RFALEI), submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu tratar-se de um documento que por norma é extremamente bem feito o que registava como uma nota característica deste departamento da Autarquia, contudo gostaria de perceber porque razão o perímetro fora alargado e quais as razões da amortização ainda não ter sido feita, sendo bom haver esta informação sobre as Contas Consolidadas, considerando que o resultado estava subvalorizado.-----

----- O Chefe de Unidade Financeira e de Ação Social, Dr. Jorge Colaço prestou os esclarecimentos técnicos solicitados.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votamos favoravelmente esta proposta porque se trata de um documento extremamente bem elaborado do ponto de vista técnico, embora haja aqui uma situação com a qual não podemos concordar que é o Fundo de Apoio Municipal que é um compromisso nosso, voluntário, de apoio, de sermos solidários, contar para o endividamento, quando efetivamente penso que é uma prepotência abusiva sobre o Poder Local, considerar uma dívida, aquilo que, voluntariamente, estamos disponíveis para sermos solidários com outros municípios.”-----

----- **PONTO IV - RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DO PAEL – 1º TRIMESTRE DE 2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação e parecer emitidos, remeter à Assembleia Municipal, entidade competente para monitorizar e acompanhar o PAEL, o relatório de acompanhamento referente ao 1.º trimestre de 2016, onde consta o mapa de execução trimestral das medidas

previstas no PAF, nos termos do definido na alínea a), do n.º1, do art.º 12.º da Lei 43/2012, de 28 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que este assunto representa o facto de ainda se estar a ser vítima da politica dos últimos quatro anos, sendo que este PAEL com todas as capacidades de engenharia criativa, não são mais que um compressor sobre as autarquias, sobre os utentes e sobre os munícipes e parecia-lhe ser altura de o Governo tomar consciência de que as Autarquias são um fator de desenvolvimento e um promotor da qualidade de vida das populações, e não, com a perspetiva que se tinha anteriormente. Referiu que via com preocupação, a manterem-se estas exigências, que se consigam demarcar da politica anterior e tal como a CDU tem vindo a dizer, este PAEL, e este não é o pior, não é mais do que um cobrador de impostos, roubando à Câmara aquilo que ela de mais importante tem que é a autonomia na decisão do seu futuro e do seu projeto. Indicou o sentido de voto como abstenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com três abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Tivemos uma posição de abstenção relativamente a este documento, não pelo documento em si, que consideramos correto e muito bem elaborado, mas porque medidas que são consideradas medidas do PAF, apoiadas por nós, eram medidas essencialmente de apoio ao investimento no setor da Água. Os fluxos financeiros que estão aqui previstos como medidas do PAF, eram, no nosso entender, e votámo-lo favoravelmente, como necessárias para o investimento num setor que necessitava de ser reabilitado e amplificado.”-----

----- **PONTO V – CONTA FINAL DA EMPREITADA: REDE COLETORA DE ALFOUVÉS/AZAMBUJEIRA – PROCESSO 48/2004/SAGEF** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes da informação NºAS07/16, datada de 07/06/2016, autorizar o pagamento no valor de 143,53€ (cento e quarenta e três euros e cinquenta e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa reduzida, referente à revisão de preços da empreitada identificada em assunto e ainda aprovar a respetiva conta final.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos favoravelmente esta proposta que é a Conta Final da Rede Coletora de Alfouvés e Azambujeira, processo que já está encerrado há uma série de anos, em que o município investiu e que, infelizmente, as Águas do Oeste ainda não fizeram o que lhe competia, que era a competente e necessária Estação de Tratamento e isso reflete-se em prejuízos brutais para a Câmara Municipal de Rio Maior e em prejuízos para as populações”.-----

---- **PONTO VI – DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO A INTEGRAR O DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DO PROLONGAMENTO DA AVENIDA MARECHAL HUMBERTO DELGADO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação nº 69, de 31/05/2016 da UFAS, o seguinte:1 - Aceitar a doação por parte dos Srs. Maria Alda Oliveira dos Santos Nobre e Fernando Figueiredo Nobre, de uma parcela de terreno, com área de 2.913,00 m², a desanexar do prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº. 5 da secção AZ da freguesia e concelho de Rio Maior e descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº 1533 da mesma freguesia e concelho, sito em Abum, Rio Maior, a confrontar de norte com Manuel Messias Martins Dias e outros, de sul com e Maria Alda Oliveira dos Santos Nobre, de nascente com Rua Mina do Giz e de poente com Rua da Paz, e a que foi atribuído o valor de 5.826,00€ € (cinco mil oitocentos e vinte e seis euros).-----

2 – Que a parcela em apreço seja integrada no domínio público municipal, no prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgado em Rio Maior com ligação à Rua Mina do Giz.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocado a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

---- **PONTO VII – CONCESSÃO DE SEPULTURAS PERPÉTUAS NO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a concessão de terrenos para sepulturas perpétuas no Cemitério Municipal de Rio Maior, e respetivos procedimentos conforme informações nºs 4 e 5, datadas de 31-05-16 e 08-06-2016.----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Interveio para dizer que, relativamente a esta questão, nada tinha a opor pois torna-se cada vez mais necessário criar condições para as pessoas poderem ter os seus próprios espaços de homenagem, mas colocava a questão como a necessidade de se descongestionar o cemitério de Rio Maior, uma necessidade que se verifica há longo tempo, recordando que já por duas vezes foram consideradas verbas para o estudo da construção do cemitério na única freguesia que o não tem, que é a freguesia de Asseiceira. Informou que iria apresentar uma proposta para que este programa seja considerado, não tanto para aquisição do terreno, porque há riomamiorenses que ainda têm o sentido da gratidão pública, e doarem os seus terrenos. Opinou não ser boa política não fazer um cemitério em Asseiceira dado o número de pessoas que morrem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE PRÉDIO SITO EM QUINTÃO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE TÂNIA LUÍSA MARTINS ALVES – PROCESSO Nº 92/2016**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, certificar que a estrada que divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 11 da secção ab, faz ligação entre a EN 114 e o lugar do Quintão, Freguesia e Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IX – PROPOSTA DE SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA CENTRAL DE RIO MAIOR E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS - PARECER** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação e parecer emitidos, deliberar:1º - Aceitar as alterações formais e de conteúdo à proposta de suspensão Parcial de Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e o estabelecimento das medidas preventivas (aprovada em deliberação de Câmara 08.04.2016);-----

2º - Submeter proposta de suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior e o estabelecimento das medidas preventivas, acompanhada do competente parecer da CCDRLVT a aprovação da Assembleia Municipal, conforme o disposto no n.º 6 do artigo 126º e o n.º 1 do artigo 137º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio;-----

3º - Deliberar dar início à abertura do procedimento de alteração do Plano de

Pormenor da Zona Central de Rio Maior, conforme previsto no n.º 7 do artigo 126º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Sendo que o PDM é um instrumento de grande importância, mesmo tendo a noção que este já vigora há uns bons anos, gostaria de salvaguardar dois aspetos, nomeadamente a qualidade da documentação que foi disponibilizada e salientar que isto tem um caráter excecional, não sendo para se tornar num vício.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votámos favoravelmente esta proposta de Suspensão Parcial do Plano de Pormenor da Zona Central de Rio Maior porque corresponde e viabiliza um investimento muito importante para o concelho de Rio Maior e para a Santa Casa da Misericórdia e que efetivamente era um compromisso de há longos anos, lamentamos no entanto que esta isenção que há tantos anos se arrasta, só agora seja concretizado porque tem havida toda a vontade da Câmara Municipal em resolver o assunto e tem sido difícil.”-----

----- **PONTO X – 1ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2016** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes da informação e despacho emitidos, de acordo com o n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 setembro, na sua atual redação, e da alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal para aprovação, a proposta apresentada da 1ª Alteração do Mapa de Pessoal do ano 2016.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 20 DE JUNHO DE 2016

----- Não houve inscrições para intervenção.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____